



## INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION

"KEY ELEMENTS FOR A SUSTAINABLE WORLD: ENERGY, WATER AND CLIMATE CHANGE"

# Desenvolvimento Sustentável e Governança Participativa: Arranjo Produtivo Local e Parque Tecnológico de Santos

E. P. Guerreiro<sup>a</sup>, E. S. Monteiro<sup>b</sup>, H. C. Nanni<sup>c</sup>

a. Universidade Paulista, Santos, [egprestes@yahoo.com](mailto:egprestes@yahoo.com)

b. Universidade Paulista, Santos, [edison.icsc@unip.br](mailto:edison.icsc@unip.br)

c. Universidade Paulista, Santos, [rancharia@hotmail.com](mailto:rancharia@hotmail.com)

---

### Resumo

O artigo analisa a estratégia de desenvolvimento local, integrado e sustentável projetada nos diversos setores da atividade econômica da Baixada Santista, no estado de São Paulo, Brasil, tendo Santos como cidade que serve de referência na aplicação da Governança Participativa, objetivando redirecionar e ampliar a vocação econômica da cidade, partindo da matriz de desenvolvimento, principalmente, com as novas descobertas de petróleo e gás na Bacia de Santos, do Arranjo Produtivo Local e a implantação do Parque Tecnológico.

Os atores dessa Governança Participativa são: Prefeitura Municipal de Santos, ACS - Associação Comercial de Santos, CIESP/FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo, Escritório Regional do SEBRAE, a AGEM – Agência Metropolitana do Estado de São Paulo, escritório regional do SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, incluindo as Universidades estabelecidas na cidade: Universidade Paulista – UNIP, Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, Universidade Santa Cecília - UNISANTA, Universidade Lusíada - UNILUS, Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e o Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE.

*Palavras-Chave: Energia, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Governança, Participação.*

---

### 1. Introdução

O final do século XX mostrou-se como desafiante para a sustentabilidade do planeta, principalmente, após a divulgação do relatório da ONU sobre o aquecimento global. O Estado, mercado, universidades e centros de pesquisa em diversos países, bem como, as Organizações de Terceiro Setor, começaram a estabelecer alianças estratégicas para monitorar o impacto da matriz de desenvolvimento no futuro da humanidade e de todos os seres vivos. A degradação do meio ambiente deixou sequelas irreversíveis, ocasionadas pela utilização dos recursos renováveis e não-renováveis sem uma prévia consideração a respeito de seus efeitos nas condições de vida em longo prazo. Diante disso, a questão da Sustentabilidade passou a ocupar um lugar de destaque. Trigueiro (2005), no livro "Meio ambiente no século 21", comenta que Lester Brown, fundador do *Worldwatch Institute*, em 1980, estabeleceu um novo conceito ao relacionar sustentabilidade com comunidade. Para este estudioso, a comunidade sustentável satisfaz suas próprias necessidades sem comprometer as oportunidades e os recursos das futuras gerações. O equilíbrio entre a dimensão econômica, social e ambiental é a premissa do desenvolvimento local, integrado e sustentável (PNUD, 2005).

A sustentabilidade, neste caso, implica a civilização humana a satisfazer suas necessidades presentes, preservando a biodiversidade e o ecossistema natural, planejando e agindo com responsabilidade e pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais. Se o desenvolvimento é sustentável não coloca em risco nem compromete as bases do próprio desenvolvimento e, portanto, se mantém ao longo do tempo como ciclo virtuoso, sem gerar prejuízos para as gerações atuais ou futuras. Obviamente que, conforme aponta Neto (2005), o desenvolvimento inclui também, componentes intangíveis que são fundamentais para o estabelecimento de acordos éticos, tanto nos negócios como na economia em si e, alianças estratégicas de sustentabilidade como a democracia e a concordância das populações locais, por exemplo, entretanto, não se pode perder de vista que o foco principal desenvolvimento sustentável está nas próximas gerações.

A redução do impacto humano sobre o meio ambiente para níveis sustentáveis deixa de ser retórica e ocupa a agenda de debates e iniciativas globais para controlar os impactos no meio, considerando que a sobrevivência do Planeta está em questão. No caso das empresas, a sustentabilidade torna-se estratégia de gestão que progressivamente é adotada como modelo para assegurar o crescimento corporativo, considerando as variáveis: ética, social, política, cultural e econômica, respeitando o ambiente com foco nas ações de responsabilidade civil, administrativa e criminal, promovendo um futuro sólido, sem comprometer a imagem corporativa ou dos negócios. A Gestão Sustentável evita desperdícios de investimentos, recursos naturais e humanos, atuações e surgimento de passivos desnecessários. Para o Estado a sustentabilidade se constitui como política pública voltada para estratégias de desenvolvimento local e integrado, com vista para a realização de parcerias e alianças estratégicas interinstitucionais com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, a partir de múltiplos mecanismos de controle fiscal, jurídico e administrativo.

A busca pela governança participativa que envolva efetivamente a sociedade no processo decisório passa a ser um desses mecanismos de articulação em benefício da sustentabilidade local e regional, no caso da Baixada Santista. Outro vetor importante é a redescoberta da matriz energética, juntamente com a intensa busca de incluir na vocação econômica local os avanços tecnológicos, a partir da implantação do Parque Tecnológico em Santos, tendo como fundamento a matriz de Arranjo Produtivo Local – APL. Neste contexto, atores-chave como a Prefeitura Municipal de Santos e a Associação Comercial de Santos – ACS une os esforços empresariais como força econômica determinante, para promover as potencialidades regionais que melhor atendam aos interesses e necessidades da Baixada Santista, sem comprometer o futuro da região. Estes atores-chave são responsáveis pela articulação dos recursos necessários para gerar o desenvolvimento local de forma integrada e sustentável.

## **2. Referencial Teórico: Governança e Desenvolvimento Sustentável**

Qualquer empreendimento humano para ser sustentável, deve ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente integrado de forma solidária e participativa. Segundo Lemos (2005), uma primeira concepção de sustentabilidade origina-se no interior do discurso desenvolvimentista e é defendida pelo estado e empresariado, a partir do que foi proclamado pela Comissão *Brundtland*, em 1987, no relatório “O Nosso Futuro Comum”, que tornou público o conceito de sustentabilidade, como a única alternativa para o futuro da humanidade.

Segundo este relatório, para agir de forma sustentável é preciso visão de longo prazo e consciência de que as relações sociais e o estilo de vida impactam diretamente no meio, tendo solidariedade com os descendentes. Esta concepção foi consolidada pela Agenda 21 que colocou a economia como o motor do

desenvolvimento sustentável. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, denominada como Rio-92, que contou com a participação de 182 nações, a sociedade civil organizada (ONGs) e empresas, reforçou a Agenda 21 como palco das manifestações sobre a questão ambiental.

Tendo como referência a Rio 92, Steinberger (2001) aborda a existência de duas noções-chave para a sustentabilidade: a *sustentabilidade ampliada*, que é “o encontro político entre a agenda ambiental e a agenda social, anunciando a indissociabilidade entre fatores sociais e ambientais, e a necessidade de se enfrentar a degradação ambiental junto com o problema da pobreza” e; a *sustentabilidade progressiva*, que “é vista como um processo a ser construído paulatinamente e capaz de romper o círculo vicioso da produção excludente e implantar um círculo virtuoso”. Estas noções se apóiam nos seguintes preceitos básicos:

- A ética, que considera a vida dos seres humanos e demais seres;
- O tempo, ligado à necessidade de planejamento em longo prazo;
- O social, com o pluralismo político e a diminuição das desigualdades e;
- A prática, que visa à mudança de hábitos de consumo e comportamento.

Por outro lado, Ekins (2000) conceitua a sustentabilidade em três dimensões: ética, social e econômica. Para o autor, o espaço físico é visto como objeto que propicia o desenvolvimento das referidas dimensões da sustentabilidade. Existe com isso, uma ampla difusão e múltiplas posições relacionadas com a compreensão de sustentabilidade, porém, muitos entendem que o conceito ainda está sendo construído e se trata de um “princípio em evolução” empregado muito mais como afirmação de imagem corporativa, segundo uma jogada de marketing, do que com a real aplicabilidade que o planeta necessita. Independente de sua aplicabilidade, a sustentabilidade está na agenda positiva de debate das Nações modernas.

A Agenda 21 torna-se um marco no debate sobre sustentabilidade, entretanto, vale ressaltar que desde a década de 60, a deterioração ambiental e sua relação com o estilo de crescimento econômico, era objeto de estudo e preocupação internacional tanto de países considerados industrializados, como os países em situação de desenvolvimento emergente.

Na história recente, as discussões sobre as questões ambientais se dividem entre as consequências negativas do crescimento e os fracassos na gestão do ambiente. Em 1968 o Clube de Roma reuniu chefes de estado, economistas, pedagogos, humanistas, industriais, banqueiros, líderes políticos, cientistas, entre outros e colocou em questão a qualidade de vida no Planeta, tendo como pano de fundo a sustentabilidade. Em 1972, com agravamento da situação alertada pelo Clube de Roma, foi organizada na cidade de Estocolmo, a primeira conferência das nações tendo como foco o meio ambiente. Mas, somente em 1987, foi divulgado o resultado dos debates da comissão de estudos formada pela ONU para diagnosticar e propor soluções efetivas para a sustentabilidade, começando com o próprio consenso conceitual sobre o entendimento de desenvolvimento sustentável apontado pelo Relatório *Brundtland*.

Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), juntamente com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), organizam o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que lança as bases para que em 1992, surgisse a Agenda 21, debatida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como “Rio-92” ou “Eco-92”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Cinco anos depois deste evento, em 1997, o Japão industrializado abriga o mais importante encontro de líderes mundiais para chegar a um primeiro consenso global sobre o assunto: o resultado deste encontro é a criação de um documento ratificado pelas nações representadas

com exceção dos Estados Unidos da América que não assinam, naquele momento, o Protocolo de Kyoto que é um acordo internacional patrocinado pela ONU e assinado por 59 países, tendo como objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa. Em 2002, a *International Finance Corporation* (IFC), ligada ao Banco Mundial, liderou a formulação dos *Princípios do Equador* que estabeleceu uma série de políticas e diretrizes sócio-ambientais para serem utilizadas pelo setor bancário na área de financiamento de projetos.

Com estes instrumentos de pressão internacional, o movimento social organizado desenvolve em várias partes do mundo, em diferentes fóruns de debates, manifestações contínuas para alertar sobre os impactos do modelo de desenvolvimento e a matriz energética no ambiente e suas conseqüências para a geração futura.

### **2.1. Os Dez consensos do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável**

Decorrente dos muitos encontros para debater o desenvolvimento local, integrado e sustentável, os diversos atores institucionais envolvidos com a questão ambiental, tendo a Agenda 21 como pano de fundo, conseguem estabelecer 10 consensos sobre tema, como analisa Franco (1998). O primeiro consenso é sobre o conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável que parte do princípio de que *"é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais*. No segundo consenso, os objetivos do desenvolvimento local integrado são definidos como *"uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis"*.

*O terceiro consenso trata das condições políticas e institucionais, valorizando as múltiplas experiências locais com a perspectiva de compor uma "alternativa complementar global de desenvolvimento do país, a partir de estratégia nacional de desenvolvimento que compreenda a sua necessidade e uma política pública conseqüente"*. O quarto consenso se preocupa com a participação do poder local como *"condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável"*. Por outro lado, o quinto consenso trata da participação da sociedade civil organizada como elemento fundamental para viabilizar a parceria interinstitucional entre Estado, mercado e sociedade civil.

O sexto consenso sugere que uma nova dinâmica econômica é necessária para que ocorra a sustentabilidade, considerando que a matriz de desenvolvimento não deve ficar refém do mercado. Para tanto, os atores envolvidos devem estimular *"a diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos"* para produzir a cadeia sustentável de iniciativas. Por outro lado, a mudança na dinâmica econômica requer o investimento intensivo nas matrizes produtivas, sem comprometer a situação presente e gerar um futuro sustentável. No sétimo consenso, o financiamento é o foco o que *"exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados"*.

O oitavo consenso entende que os agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da Sociedade Civil, sejam na condição de voluntários ou não, precisam ser capacitados tecnicamente para que o desenvolvimento seja, também, do capital intelectual e do exercício da governança participativa. O nono consenso, por sua vez, inclui o debate sobre a constituição de uma nova base de informação que viabilize um diagnóstico mais preciso e propositivo da economia e da realidade social, a partir da produção de indicadores com índices capazes de medir e acompanhar a oscilação positiva da qualidade de vida e da sustentabilidade no processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável.

O décimo consenso complementa o anterior e aborda a comunicação como um dos principais fatores do desenvolvimento, uma vez que a população deve ser despertada para as potencialidades e benefícios de um desenvolvimento mais solidário, tendo como referência a aplicação de estratégias de comunicação social e de marketing adequado para cada realidade local.

Com isso, dois princípios são fundamentais na promoção da sustentabilidade: *Governança Corporativa* e *Inovação*. Somente apoiada em boas práticas de governança corporativa os consensos conseguem assegurar que os interesses dos diversos agentes e atores do desenvolvimento sejam preservados, considerando que a questão da sustentabilidade requer o reconhecimento e a valorização da interdependência de forma participativa dos agentes do desenvolvimento, abrindo espaço para a promoção da Governança Participativa. Por outro lado, a inovação é o elemento catalisador da mudança de paradigma acima mencionada, criando novos produtos, redesenhando processos existentes e repensando o modelo de negócios das organizações, bem como as matrizes locais de desenvolvimento.

### **3. A Governança Participativa e o Arranjo Produtivo Local em Santos**

O termo Governança Corporativa foi criado no início da década de 90 nos países desenvolvidos, mais especificamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, definindo as regras e estabelecendo padrões de relacionamento dentro da companhia, com foco nos interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores, tornando-se o sistema pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas. Para Groenewegen (2004), "governança corporativa diz respeito ao controle dos recursos das empresas. Governança diz respeito às instituições que influenciam como as corporações alocam recursos e retornos". Com isso, busca a perpetuidade e o incremento constante do valor do empreendimento, bem como, define princípios que visam compor os diversos interesses tratados pelas leis, regras e regulamentos internos que regem o governo das instituições.

Percebendo que a estratégia de desenvolvimento acontece a partir do estabelecimento de parcerias estratégicas no âmbito governamental, empresarial e da sociedade civil organizada, os principais atores estabelecidos em Santos, articularam uma ampla aliança interinstitucional a favor da sustentabilidade, originando, principalmente, por decorrência da implantação do Arranjo Produtivo Local – APL na cidade, a compreensão de Governança Participativa. Sobre este assunto, Guerreiro (2006) aponta que é "a conciliação entre o desenvolvimento e o progresso da cidade decorre da percepção estratégica do planejador e do estabelecimento da interdisciplinaridade gestora, no sentido de fazer um estudo preliminar sobre a vocação econômica da cidade e seu impacto na vida do cidadão".

Considerando este princípio, a governança participativa em Santos diz respeito aos diferentes modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos decisórios locais. Envolvem diferentes redes de agentes (governos, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais, Associações, empresários, Universidades e etc.), e diversas atividades produtivas, o processo de geração, a disseminação e uso de conhecimentos. Significando dizer que a governança é, principalmente, o ambiente institucional e operacional dos arranjos. Para se ter idéia os principais atores envolvidos na governança participativa em Santos possuem papéis bem definidos, conforme explicita o Conselho Deliberativo do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação e Comunicações em projeto apresentado ao Sebrae-Santos:

- Associação Comercial de Santos, exerce o papel de Secretaria Executiva do APL, como gestora estratégica e financeira e a coordenação das atividades

previstas no planejamento participativo do APL. As empresas locais de TIC se organizaram na entidade, compondo uma Câmara Setorial de TIC;

- Prefeitura Municipal de Santos, por meio das Secretarias Municipais de Governo e de Planejamento exerce a função de Coordenação Geral da Governança do APL, nomeada pelo Conselho Deliberativo.
- SEBRAE-SP, responsável pelas despesas envolvidas no programa, custeando a etapa de planejamento do APL e de diagnóstico do setor local de TIC.
- Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, que integra a Secretaria Estadual de Planejamento de São Paulo, participa na articulação política do projeto junto ao Governo Estadual.
- Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP/CIESP disponibiliza a estrutura de seu diretório regional de Santos, acompanhando periodicamente o desenvolvimento do projeto.
- Universidades, formadoras de competências e preparação de mão-de-obra especializada com foco nas atividades produtivas necessárias para promover o desenvolvimento a partir do APL Santos.

Considerando esta ampla aliança de Governança Participativa, em 13 de novembro de 2008, em Santos, foi apresentado aos agentes de desenvolvimento e empresários da região, o “Diagnóstico das Empresas e a definição das ações para implementação de APL na Baixada Santista”, elaborado pelo Núcleo Softex de Campinas, a pedido do escritório regional do Sebrae de Santos. O objetivo do diagnóstico foi “avaliar o estágio de maturidade e as características de operação das empresas da Baixada Santista e, com base nos dados levantados, definir as ações que serão realizadas para fomentar o desenvolvimento destas empresas e possibilitar implantação do APL da Baixada Santista”. Como resultado do estudo foi identificado que a região Metropolitana da Baixada Santista que congrega nove municípios: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, concentra 1,9 milhões de habitantes e Santos é a cidade pólo da região metropolitana, fornecendo serviços para os demais municípios. Por outro lado, a cidade de Cubatão concentra o pólo industrial da região. A figura 1 mostra o mapa da região e a posição estratégica de Santos.

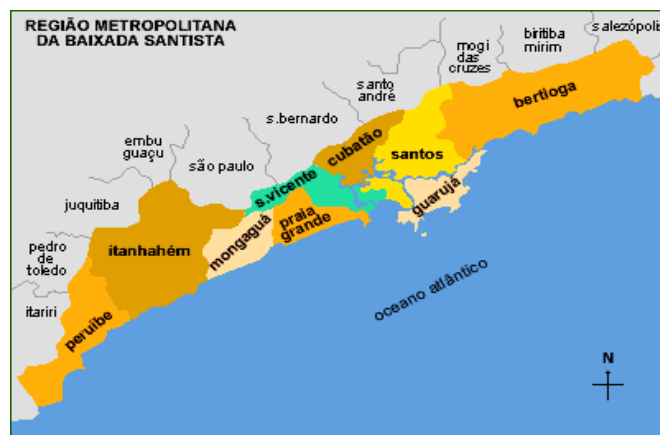


Fig. 1. Região Metropolitana da Baixada Santista. 2007 (Fonte: [www.vivasantos.com.br](http://www.vivasantos.com.br)).

O diagnóstico destaca que a cidade de Santos “possui o maior porto do Hemisfério Sul, tanto em movimentação de cargas quanto em infra-estrutura. Sua área de influência engloba os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, área que concentra 50% do PIB e 48% da Balança Comercial brasileira. A participação do Porto de Santos, no primeiro semestre de 2006, na Balança Comercial Brasileira foi de 25,9%, como mostra a tabela 1.

Participação na Balança Comercial dos  
principais portos brasileiros jan-ago/2006

Porto	US\$ (fob)	%
Santos-SP	38,8	25,9
Vitória-ES	11,3	7,9
Paranaguá-PR	8,2	5,3
Rio de Janeiro (Itaguaí)	6,9	4,8
Rio Grande	6,6	4,4
Rio de Janeiro-RJ	6,5	3,9
Itajaí-SCS	4,5	3,1
São Luís-MA	4,2	3,0
Aratu-BA	3,6	2,2
São Francisco-SC	3,1	2,2

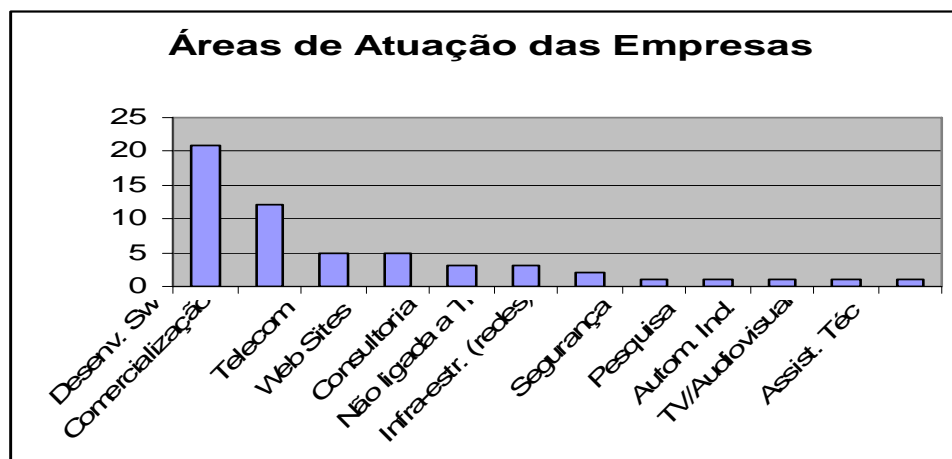
Tabela 1: Participação do Porto de Santos na Balança Comercial Brasileira (Fonte: Sistema Alice - Elaboração Codesp)

O mesmo diagnóstico ressalta que o Programa Santos 2000, liderado pelo poder público local, visa a modernização do Porto e possui como principal ação o PROAPS – Programa de Arrendamento e Parcerias que elevou o fluxo de carga de 39,9 milhões de toneladas/ano, em 1998, para 71 milhões de toneladas/ano, em 2005, conforme dados da Companhia de Docas do Estado de São Paulo - Codesp. Os principais produtos exportados no Porto de Santos são: Açúcar, soja, óleo combustível, diesel e gasóleos, sucos e álcool, enquanto que os principais produtos importados são: carvão, adubo, enxofre, trigo e soda cáustica. Mesmo o Porto exercendo uma presença marcante no desenvolvimento, o setor que mais emprega e mais possui estabelecimentos em Santos é o setor de Serviços, com 50% dos empregos formais, seguido pelo setor de comércio, como mostra a tabela 2:

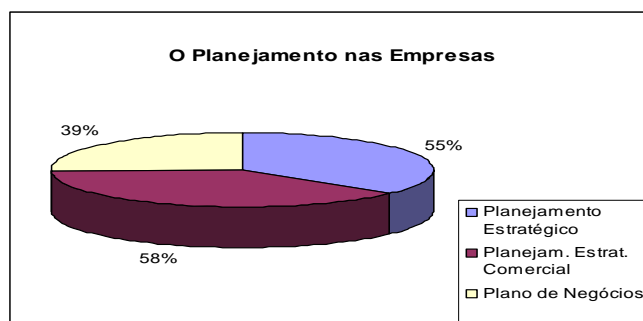
Empregos por Setor (%)					
	mar/01	set/01	mar/02	set/02	mar/03
Serviços	48,3	47,3	45,2	46,2	41,6
Comércio	22,6	25,4	24,5	26,7	26,5
Serv. Públicos	10,1	10,3	10,3	9,2	11,9
Indústria	4,8	3,8	5,1	5,8	4,4
Porto	4,2	4,1	3,4	4,9	4,9
Ativ. portuárias	2,2	3,2	3,1	2,2	4,2
Transportes	4,5	1,7	2,8	3,7	2,9
Constr. Civil	1,7	1,7	2,6	1,6	2,7
Entretenimento	1,7	2,5	3	2,5	0,9
Outros	---	---	---	0,2	---
Total	100	100	100	100	100

Tabela 2: Empregos por Setor da Economia em Santos. Fonte: NESE - Elaboração SEPLAN / DESOE

Como consequência das oportunidades de negócios geradas pelas grandes empresas instaladas no Porto de Santos, as empresas de TIC se dedicam, em sua maioria, ao desenvolvimento de software, principalmente para os mercados ligados à Logística e às Atividades Portuárias e a comercialização de produtos de software.



Segundo o diagnóstico, mais da metade das empresas em Santos prepara, operacionaliza e revisa o Planejamento Estratégico (55%) e o Planejamento Estratégico Comercial (58%). Por outro lado, 39% das empresas possuem Planos de Negócios e revisam anualmente tais planos.



Complementar ao diagnóstico, outro documento produzido pelos atores institucionais na Baixada Santistas, demonstrando o papel da sociedade civil organizada, percebe-se que a questão da governança atende satisfatoriamente as dimensões constituintes dos Arranjos Produtivos Locais. A partir do Regimento Interno da Governança Participativa do Arranjo Produtivo Local – APL de Santos identifica-se que esta estratégia de alianças interinstitucionais corresponde satisfatoriamente como vetor operacional do desenvolvimento, o que torna o APL base de sustentação e articulação dos atores interinstitucionais comprometidos com a sustentabilidade. A governança se expressa em três formas:

- A Governança **hierárquica** claramente exercida por um único ator, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local.
- A Governança de **rede** caracterizada pela existência de aglomerações de empresas, sem que um ator isolado exerça o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas.
- A Governança **Participativa** que envolve diversos atores institucionais (Poder público, empresariado, associações e universidades) possibilitando a integração de interesses antes difusos, em oportunidades de tomadas de decisões estratégicas e inovadoras.

O resultado imediato da aplicação do conceito de Governança Participativa aconteceu o encaminhamento pelo poder público local do Projeto de Lei Complementar que institui a Fundação de Tecnologia e Conhecimento de Santos (FTC-Santos), em fase aprovação pelo Legislativo Municipal. O principal objetivo da FTC - Santos é promover a inclusão social, a partir de pesquisas e desenvolvimento, considerando a transferência e aplicação científica e tecnológica, a partir de sete vetores de desenvolvimento: energia, turismo, meio ambiente, pesquisa, desenvolvimento, logística e porto indústria.

Com as novas descobertas de petróleo e gás na Bacia de Santos, o desenvolvimento local, integrado e sustentável, ocupa a agenda principal de todos os atores interinstitucionais estabelecidos na região. Portanto, para a Governança Participativa funcionar efetivamente, a sustentabilidade deve ser o pilar estratégico das ações e decisões relacionadas com os interesses dos empresariados, liderados pela Associação Comercial de Santos, das políticas públicas de desenvolvimento, articuladas pela Prefeitura Municipal de Santos, das Universidades como produtoras



de conhecimento e da sociedade civil organizada, que se mostram como os verdadeiros *stakeholders da sustentabilidade na Baixada Santista*.

#### 4. Conclusão

A experiência de Santos estabelece de forma pioneira na região, uma aliança estratégica com base na Governança Participativa, fazendo a articulação local dos diversos interesses para promover a sustentabilidade, a partir da visão de negócios e considerando o desempenho socioambiental integrado ao desempenho econômico dos diversos agentes e atores do desenvolvimento na Baixada Santista.

Considerando as alianças estratégicas entre os diversos atores, Santos deve se tornar uma cidade com características mais tecnológicas e atrativas aos investidores e empreendedores, com a implantação do Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia da Informação e Comunicação. A Governança Participativa, por sua vez, consolida um diferencial na agilidade do processo, uma vez que a tomada de decisão compromete os atores institucionais como agentes do desenvolvimento local, integrado e sustentável, em uma única rodada de negociação de interesses, ao mesmo tempo em que promove o exercício da democracia participativa e responsável, tendo como palco a sustentabilidade.

O Arranjo Produtivo Local deve mudar o perfil do mercado de trabalho da região e esse é o grande desafio da Governança Participativa. Finalmente, o trabalho da Governança Participativa revelou que esse é um dos campos nos quais o poder municipal pretende investir para viabilizar e acelerar o crescimento de Santos.

#### 5. Referencias

Ekins, Paul. *Economic Growth and Environmental Sustainability*. London and New York: Routledge, 2000.

Franco, Augusto, 1998. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Dez Consensos. Nº 78, Set/Nov. Proposta, Brasília.

Guerreiro, Evandro Prestes, 2006. Cidade Digital – Inoinclusão Social e Tecnologia em Rede, 36. Senac, São Paulo.

Lara, Márcio, 2009. Desenvolvimento econômico sustentável e governança participativa. Resumo da palestra proferida na I Semana do Jovem Empreendedor - ACS Jovem/ UNIP. Secretaria de Governo/ PMS, Santos.

Lemos, H. M., 2005. A Evolução da Questão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Editora COPPE, Rio de Janeiro.

Neto, F.P. M; FROES, C. 2005. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial. Editora Quality Mark, São Paulo.

Pera Junior, Edvar (Coordenador Executivo), 2008. Diagnóstico das Empresas e Definição das Ações para Implementação de APL na Baixada Santista. Softex, Campinas, São Paulo.

Sternberg, Elaine, 1999/2001. *The Stakeholder Theory: A Mistaken Doctrine*. Leeds: Foundation for Business Responsibilities, Issue Paper nº 4.

Trigueiro, A., 2005. Meio ambiente no século 21. Editora Autores Associados LTDA, Campinas.

Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação e Comunicações de Santos – Regimento Interno da Governança do APL. 2008. ACS, Santos.

Portal Viva Santos. [www.vivasantos.com.br](http://www.vivasantos.com.br), acessado em março de 2009.

Carbon Free/ Iniciativa Verde. [www.iniciativaverde.org.br](http://www.iniciativaverde.org.br). Acessado em março de 2009.

Sustentabilidade. [www.sustainability.com](http://www.sustainability.com). Acessado em março de 2009.